

Divisão leva comissões e subcomissões ao impasse

18 ABR 1987

JORNAL DE BRASÍLIA

A Comissão de Ordem Econômica e as subcomissões (princípios gerais, intervenção do estado, subsolo e atividade econômica; questão urbana e transporte; e política agrícola e reforma agrária) estão frontalmente divididas em função de ideologias progressistas e conservadoras com equilíbrio de forças. A análise foi feita pelo relator da subcomissão de reforma agrária, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE).

O desempate nesta subcomissão, segundo observou, dependerá da definição de dois ou três constituintes que ainda não manifestaram claramente a sua posição, e podem ser influenciados pela opinião pública e mobilização popular, fundamentais neste momento. "A manifestação da sociedade se faz necessária durante o período de elaboração da nova constituição", alertou Oswaldo Lima Filho.

Reforma Agrária

Oswaldo Lima Filho, que iniciou a sua carreira parlamentar como líder do PTB, foi ministro da Agricultura do governo João Goulart, e, recentemente, relator da comissão do PMDB encarregada de estudar o plano de reforma agrária para o Brasil. "Há mais de 30 anos luto pela reforma agrária sem perder as esperanças porque ainda estou aqui", contou.

Ao estabelecer um parâmetro com o período do governo de João Goulart, quando então se tentou fazer a reforma agrária como uma das reformas estruturais propostas, Oswaldo Lima Filho apontou aspectos positivos e negativos com relação à atual conjuntura brasileira.

Naquela época — lembro — haviam dificuldades constitucionais. O artigo 141 do parágrafo 16 exigia "indenização prévia e em dinheiro para as desapropriações", o que, na sua opinião, inviabilizava a iniciativa.

Hoje, a emenda constitucional nº 10 do governo do marechal Castelo Branco e também o estatuto da terra determinam o pagamento da desapropriação em título da dívida agrária com prazo de 20 anos, o que facilita a reforma, frisou.

Além disso, nos últimos vinte

anos, intensificou-se o processo de organização dos trabalhadores rurais. Atualmente, existem mais de cinco mil sindicatos atuantes e os trabalhadores rurais estão organizados e articulados lutando pela reforma agrária através de seus órgãos representativos, reunidos na Contag.

Entretanto, a este contexto favorável se contrapõe o fato de que os conservadores contrários à reforma agrária alcançaram representatividade na Constituinte e estão fortemente representados na Comissão de Ordem Econômica.

Audiências Públicas

As primeiras audiências públicas foram definidas pela subcomissão de política agrícola e fundiária e reforma Agrária. No dia 22 de abril, palestra de Plínio de Arruda Sampaio, presidente da ABRA — Associação de Reforma Agrária, às 9 horas. À tarde, às 17 horas, palestra de Antônio Ernesto de Salvo, presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais — FAEMG, contrabalançando o jogo de forças. O primeiro a favor da reforma agrária e o segundo em posição contrária.

No dia seguinte, 23 de abril, pela manhã, foram marcadas três audiências: Romeu Padilha de Figueiredo, presidente da Embrater; Ormuz Freiras Rivaldo, presidente da Embrapa e Rubem Ilgenfritz da Silva, presidente do Incra.

"Vamos denunciar em seus estados de origem constituintes ausentes às reuniões das subcomissões que são responsáveis pelo atraso dos trabalhos". Com esta afirmativa o tesoureiro da Contag, confederação que reúne 12 milhões de trabalhadores rurais — dos quais 9 milhões são associados em 2.700 sindicatos e 22 federações —, Francisco Urbano, deixou o Congresso Nacional na quarta-feira, após ter tentado participar da subcomissão de reforma agrária que não houve por falta de quórum.

Para Francisco Urbano, a direita que participa desta comissão tem a intenção de dificultar o andamento dos trabalhos para, esgotados os prazos regimentais, aprovarem qualquer coisa às pressas.